

Mesa Coordenada 2

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: desigualdades sociais, mudanças climáticas e o papel do serviço social

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS POBRES NO BRASIL

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigoartigo004](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigoartigo004)

ROLE OF SOCIAL WORK IN ADDRESSING THE IMPACT OF CLIMATE CHANGE ON THE DAILY LIVES OF POOR FAMILIES IN BRAZIL

Maria do Rosário de Fátima e Silva¹

RESUMO

O presente texto aborda reflexões sobre a atuação do Serviço Social frente ao impacto das mudanças climáticas no cotidiano das famílias pobres no Brasil. Para tanto reúne sistematizações feitas pela autora através de pesquisa bibliográfica bem como por meio da participação em debates sobre o tema articulados pelos núcleos de pesquisa dos quais é membro integrante. Soma-se a esta sistematização registros de memória acerca da experiência da autora enquanto profissional de Serviço Social nas ações de atendimento as necessidades desses grupos populacionais atingidos pelas mudanças climáticas em sua região. Na síntese ora apresentada procura identificar o papel desempenhado pelo Serviço Social no processo de implementação das políticas e programas sociais destinados a mitigar os efeitos das mudanças do clima no cotidiano dos segmentos sociais atendidos por essas medidas governamentais.

Palavras-chave: Serviço Social, mudanças climáticas, famílias pobres, justiça social.

ABSTRACT

The present text discusses reflections on the role of Social Work in addressing the impact of climate change on the daily lives of poor families in Brazil. To this end, it gathers systematizations made by the author through bibliographic research as well as through participation in debates on the topic organized by research groups of which she is an

¹ Professora da Universidade Federal do Piauí – Brasil, Núcleo de Estudos, pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas – NEF e Projeto História e Memória do Serviço Social no Piauí. mrosariofat@gmail.com.

integral member. Added to this systematization are memory records about the author's experience as a Social Work professional in actions to meet the needs of these population groups affected by climate change in her region. In the synthesis presented here, it seeks to identify the role played by Social Work in the process of implementing policies and social programs aimed at mitigating the effects of climate change on the daily lives of the social segments served by these government measures.

Keywords: Social Work, climate change, poor families, social justice

1 INTRODUÇÃO

Como reflexão inicial quero começar destacando as características do Brasil enquanto um país de dimensão continental, equatorial e tropical, com diferentes regiões e composto por uma rica e variada biodiversidade, mas marcado historicamente por profundas desigualdades sociais. Então, diante das questões climáticas que assolam o mundo inteiro neste século XXI, um país continental com essa biodiversidade e com as desigualdades sociais que enfrentam as famílias brasileiras, os impactos das mudanças climáticas ora observado em todo o mundo, são muito mais evidentes e em determinadas regiões, até com dimensões consideradas catastróficas.

Esta situação se agravou no Brasil principalmente em relação a última gestão governamental em âmbito do governo federal no período (2019-2022), governo de Jair Bolsonaro, que negligenciou o cuidado com as questões ambientais, sobretudo do ponto de vista dos compromissos anteriormente assumidos pelo país enquanto membro integrante das cúpulas mundiais do clima e das ações de preservação do meio ambiente. Este comportamento negligente gerou prejuízos incalculáveis no que se refere as condições e qualidade de vida dos cidadãos em geral e dos povos originários em particular, exigindo do atual governo do presidente Lula (2023-2026), investimentos urgentes e necessários condizentes com os compromissos assumidos anteriormente pelo país e na recente cúpula econômico climática realizada em Paris em 2023, os quais serão retomados e reafirmados nos trabalhos que cercam a preparação do país para sediar no ano de 2025, na Amazônia brasileira, mas especificamente na cidade de Belém do Pará, a Conferência mundial sobre o clima - COP 30.

As reflexões ora apresentadas têm por objetivo inserir no debate acadêmico acerca das ações de enfrentamento das questões climáticas no Brasil, a contribuição do Serviço Social enquanto profissão que atua tanto na linha de frente das decisões sobre atuação das comissões

governamentais de defesa civil, como também na execução final das estratégias e ações que visam mitigar os efeitos das mudanças climáticas no cotidiano das famílias pobres e vulneráveis socialmente. A construção do presente texto utilizou como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica sobre o tema como também sistematizações realizadas pela autora a partir de participação em debates sobre o assunto como integrante de Núcleos de pesquisa acadêmica., Além de recuperação de registros de memória de sua atuação profissional no atendimento das necessidades dos grupos populacionais atingidos pelo impacto dessas mudanças do clima em sua região.

2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

Para enfrentar as questões inerentes às mudanças climáticas no Brasil, seguindo de alguma forma os compromissos da ECO-92 realizada no Rio de Janeiro e as demais conferências e cúpulas mundiais sobre o clima realizadas pela ONU nos anos subsequentes, o governo brasileiro instituiu no ano de 2009, (período da segunda gestão do governo Lula), a Política Nacional sobre Mudanças do Clima-PNMC, através da Lei nº 12.187/2009. Política esta, constituída por normas que direcionavam ações a serem desenvolvidas pelo Brasil no que se refere “à contribuição voluntária do país para estabilizar as emissões de Gases de Efeito Estufa-GEE, assim como aquelas ações destinadas a promover a adaptação às mudanças climáticas”. (BRASIL,2009, p. 1). Por meio dessa política o governo brasileiro comprometeu-se a reduzir entre 36,1% e 38,9% do volume de suas emissões de gases de efeito estufa até 2030, para tanto, deveriam ser elaborados planos setoriais de mitigação das mudanças climáticas aplicados aos diversos setores da economia no país.

Nesta direção foram elaborados projetos de cooperação técnica e de investimentos públicos em parceria com organismos internacionais e com países parceiros na América latina. Neste aspecto citamos o Projeto de Cooperação Técnica” Strengthening Climate Change Budget Planning and Fiscal Management Brazil” firmado entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID à época, com o objetivo de fortalecer a capacidade dos órgãos de planejamento e gestão orçamentária nos âmbitos federais, estaduais e municipais em temas relativos à economia das mudanças climáticas. Foi também elaborado o Projeto Investimento Público e Adaptação à Mudança do Clima na América Latina- IPACC, que tem por objetivo apoiar os governos do Brasil,

Peru e Colômbia, no desenvolvimento de mecanismos para que os riscos associados à mudança do clima e as opções de adaptação sejam consideradas no planejamento e na tomada de decisões para os investimentos públicos.

As ações concebidas em 2009 no tocante ao enfrentamento das questões climáticas no Brasil, tiveram prosseguimento nas duas gestões do governo Dilma até 2015, motivadas pela dimensão econômica que assumiu a mudança global do clima e seus impactos potenciais sobre os diversos setores da atividade econômica brasileira como a agricultura, geração e consumo de energia e recursos hídricos, afetando com mais intensidade os grupos populacionais mais vulneráveis.

Após o impeachment da presidente Dilma em 2016, as ações tanto relativas a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas e aos projetos de cooperação técnica firmados anteriormente, foram negligenciados pelos governos que a sucederam, tanto o governo Temer quanto o governo Bolsonaro, gerando impactos desastrosos sobretudo nos grupos populacionais mais vulneráveis socialmente, como os quilombolas e povos originários. Nesse sentido Barbarulho, et al, 2021, ao citar os efeitos drásticos das mudanças climáticas no mundo menciona que

fica perceptível que os direitos humanos estão ameaçados, assim como as demandas sobre os impactos na saúde, devido a poluição. A insegurança alimentar em razão das secas; a instabilidade de alojamento e infraestrutura em virtude das inundações principalmente de regiões costeiras, desencadeando o desaparecimento de tradições e culturas locais; a restrição ao acesso à educação - entre outros fatores que ameaçam a vida em sociedade, começando pelos mais vulnerabilizados. (Barbarulho, et al, 2021, p.16).

Isso nos leva a refletir sobre a justiça climática que está relacionada à forma como administramos os efeitos das mudanças do clima sobre os diferentes povos que habitam o planeta e as relações que estabelecem com a natureza, com o meio ambiente, que como diz o Papa Francisco, é a nossa casa comum. A esse respeito Robinson, 2021, menciona que

a sensibilização a respeito da justiça climática requer que unifiquemos os fundamentos dos direitos humanos com os problemas de desenvolvimento sustentável e a responsabilidade pela mudança climática. Precisamos criar uma plataforma do tipo “o povo primeiro” para aqueles que estão à margem, sofrendo os piores efeitos da mudança climática e amplificar suas vozes assegurando-lhes um lugar à mesa em qualquer negociação futura sobre o tema. Nas palavras do Arcebispo Desmond Tutu, da África do Sul, a justiça climática pode ser uma nova “narrativa de esperança”. (Robinson, 2021, p.42.)

Nas reflexões pontuadas pela autora acima sobre justiça climática, está presente a noção de justiça social e equidade na medida em que reforça que todos precisam ser considerados e com especial atenção, aqueles segmentos sociais historicamente marginalizados e excluídos pelo sistema econômico e político, exigindo dos Estados-Nação respostas urgentes e estruturantes mediadas por políticas públicas de inclusão social e de reconhecimento e efetivação de direitos. É nesta direção que reconhecemos o papel importante que desempenha o Serviço Social como agente institucional e membro de equipes multidisciplinares na formulação e implementação de diferentes políticas públicas, entre elas a política de assistência social como forma de materialização das respostas do Estado às necessidades das populações vulneráveis atingidas com muito mais impacto pelas mudanças do clima observadas nos últimos tempos em todo o mundo. De acordo com Krenak, 2022,

Os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a terra. Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência. O capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs e não podemos aceitar isso. (Krenak, 2022, p.38)

Nas palavras do líder indígena e intelectual Krenak, fica patente a compreensão de que atuar sobre os impactos das mudanças climáticas exige de todos nós antes de tudo, resistência e consciência ambiental que segundo Silva e Sousa, 2022, “passa inexoravelmente por uma consciência cidadã. O amadurecimento dessa consciência cidadã requer um longo processo de educação” (Silva; Sousa, 2022, p.332) que possa nos orientar a colocar em prática “uma atitude cidadã” e uma relação mais harmoniosa com o planeta Terra, contribuindo para o prolongamento da existência humana neste contexto, segundo as nossas regras e não submetidos à vontade do capital. O Serviço Social como profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos se filia a este movimento de resistência e de luta por melhores dias em nossa casa comum.

3 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO IMPACTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOBRE OS GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

Diante dos desafios postos pelas questões ambientais na cena pública brasileira nesse momento histórico, gostaria de realçar o papel essencial que desempenha a profissão do Serviço Social nas ações de enfrentamento das desigualdades sociais que sofrem as famílias

pobres no Brasil sob o impacto das mudanças climáticas. Se fizermos uma incursão histórica sobre atuação do Serviço Social no cotidiano das famílias pobres, no país, vamos localizar que os Assistentes Sociais foram e continuam sendo requisitados pelo poder público para atuarem no âmbito das consequências dessas mudanças climáticas na vida das famílias afetadas, mediante a execução de medidas governamentais de caráter assistencial e emergencial, visando apenas reduzir os prejuízos causados por esses impactos ambientais sobre as populações vulneráveis socialmente.

Quase sempre os Assistentes Sociais foram chamados a integrar as equipes de defesa civil tanto nas grandes capitais, nas grandes metrópoles, como também nos demais municípios brasileiros, mas sempre com ações no sentido mais emergencial mesmo diante de situações que exigiam ações de cunho mais estrutural. As ações do Serviço Social mesmo considerando o caráter emergencial servem para atenuar a situação emergente, mas também para mapear os determinantes sociais, econômicos e políticos que cercam a situação das populações vulneráveis socialmente, ensejando a composição de uma agenda governamental a médio e a longo prazo, no tocante a execução de medidas estruturantes que contribuam para prevenir e superar os sacrifícios impostos a essas populações diante dessas mudanças climáticas. Nesta linha de raciocínio convém mencionar a contribuição das autoras Behring; Boschetti, 2016, quando afirmam que o Serviço Social, era requisitado

inicialmente como operador das políticas sociais, com seus serviços e benefícios, mas com o passar do tempo e a partir de um processo de qualificação crescente acompanhou a ampliação e complexificação dos padrões de proteção social, como formulador e avaliador deles. (Behring; Boschetti, 2016, p. 122)

Neste sentido com o passar dos anos considerando e reconhecendo “a capacidade dos profissionais de Serviço Social em abordar questões sociais complexas de maneira intersetorial e integrada, envolvendo os aspectos estruturais e as necessidades individuais, familiares e comunitárias” (Acosta, et al, 2024, p.2), a atuação do Serviço Social foi sendo redimensionada no espaço das instituições públicas. Os profissionais passaram então a atuar no âmbito do planejamento, da gestão, da execução, do monitoramento e avaliação das políticas e programas sociais de caráter emergencial. Para além das ações emergenciais começaram a incorporar e sugerir medidas que objetivassem superar essa dimensão emergencial para ações mais estruturantes, tendo em vista a prevenção dos riscos em relação às questões ambientais que

tem se desenvolvido e se apresentado com muito mais força nos anos que estamos vivenciando, na perspectiva da garantia de direitos aos povos diretamente afetados. Isso reforça a compreensão segundo Cardoso, 2013, de que

a intervenção profissional do assistente social se dá cotidianamente sobre as expressões da questão social: a fome, a miséria, a violência, a falta de saúde, de moradia etc. para tanto, tem como meio/instrumento principal as políticas sociais, situando-se em diferentes espaços de atuação, realizando diversos tipos de atividade. (Cardoso, 2013, p.98)

A questão dos impactos das mudanças climáticas no cotidiano das famílias pobres no Brasil se revela como uma das expressões da questão social contemporânea, exigindo redimensionamento urgente da agenda pública estatal no tocante a efetivação dos compromissos assumidos nas cúpulas mundiais do clima. Trata-se de garantir justiça climática e melhores condições de vida a esses segmentos sociais, exigindo de diferentes profissões envolvidas diretamente com as ações de enfrentamento desses impactos, um olhar atento e uma atuação comprometida com a superação destes desafios o que requer reforço dos investimentos públicos.

No que se refere a profissão de Serviço Social comprometida ética e politicamente com o enfrentamento destes desafios, trata-se de redimensionar a ação profissional no sentido de contribuir para mitigar as desigualdades sociais aprofundadas nesse contexto das mudanças climáticas em curso no país. Neste aspecto a atuação intersetorial entre os diferentes campos que compõem as políticas públicas, se coloca como questão essencial para enfrentar os impactos dessas mudanças bem como otimizar os recursos para atendimento das reais necessidades dos grupos populacionais de maneira geral, e daqueles mais vulneráveis. Em destaque nesse caminho das ações intersetoriais, as políticas de saúde, de assistência social, de monitoramento e preservação dos recursos hídricos, de habitação, de educação e preservação ambiental.

Nesse sentido poderemos destacar alguns aspectos da atuação dos assistentes sociais no cotidiano de famílias pobres afetadas por essas mudanças climáticas e pelas desigualdades. Um primeiro aspecto se refere a abordagem das necessidades individuais e comunitárias apresentadas por essas populações vulneráveis com o encaminhamento de suas demandas junto aos órgãos públicos para que sejam inseridas na agenda pública no tocante aos programas sociais destinados ao atendimento desse público.

Um segundo aspecto da atuação profissional se refere ao desenvolvimento de ações que visam a promoção da justiça social, a partir do engajamento dos profissionais no processo de implementação de políticas e programas de natureza inclusiva que possam de fato e de direito, estabelecer uma nova dimensão da atenção às necessidades sociais dessa população.

Como terceiro ângulo considerado de muita importância da atuação profissional localizamos as ações de incentivo e apoio à participação comunitária nas decisões governamentais que são tomadas acerca das medidas de atendimento às necessidades apresentadas pelas populações pobres afetadas diretamente pelo impacto das mudanças climáticas. Neste aspecto, as ações profissionais se direcionam à criação de oportunidades para que as lideranças desses segmentos sociais sejam protagonistas e partícipes das decisões, colaborando com o seu conhecimento sobre o meio ambiente em que vivem e sobre as relações que com ele estabelecem, tendo como referência as suas tradições culturais.

Como último aspecto da atuação profissional também de grande importância se refere as ações de caráter educativo e de sensibilização governamental para que sejam de fato efetivados programas e projetos de desenvolvimento sustentável que possam mitigar e prevenir situações muito mais graves do ponto de vista dos chamados desastres ambientais que temos vivenciado no Brasil neste começo de século. Isso tem ocorrido com o aprofundamento das mudanças do clima em todo o mundo e que muito tem afetado a existência dos grupos populacionais historicamente vulnerabilizados, como os quilombolas e povos originários.

4 CONCLUSÃO

Em síntese precisamos compreender que de fato o espaço da atuação do Serviço Social enquanto profissão social e politicamente comprometida é amplo e desafiante, frente a essas desigualdades quando se considera as necessidades das populações vulneráveis socialmente e que frente ao impacto das mudanças climáticas necessitam de uma ação mais contundente por parte do Estado, mais rápida e mais estruturante. Segundo Barbarulho et al, 2021, ao contemplar a realidade brasileira sob o efeito das mudanças climáticas conclui que

O cenário é alarmante e nos obriga a ter uma visão humanizada da crise que vivenciamos. A mudança climática é injusta; afinal, aqueles que menos impactam o ambiente são os que mais sofrem - os vulnerabilizados, as populações ribeirinhas, os quilombolas, as mulheres e as crianças. (Barbarulho et al, 2021, p. 17.)

E são exatamente esses segmentos sociais os usuários das políticas públicas mediadas pela ação do Serviço Social na perspectiva da garantia dos seus direitos. Uma atuação que exige antes de tudo, conhecimento da realidade e da correlação de forças no âmbito institucional, interferindo para que as respostas do Estado mediante essas políticas e programas sejam de fato coerentes com as necessidades identificadas. Isso requer decisões consoantes com as necessidades sociais e com o entendimento do real sentido da justiça climática que visa proteger a todos e especialmente aos grupos populacionais vulnerabilizados e excluídos socialmente com adoção de ações que garantam a vida com sustentabilidade.

Nas palavras de Krenak, 2022, “estamos vivendo num mundo onde somos obrigados a mergulhar profundamente na terra para sermos capazes de construir mundos possíveis” (Krenak, 2022, p.37) e não dá para esperar amanhã, é preciso agir hoje, agora, para garantirmos a nossa sobrevivência e das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana R., FERREIRA, M. D. M; SILVA, M. do R. de F. e; GUIMARÃES, Simone de J. **Desigualdades sociais, cambio climático y Trabajo social: um enfoque holístico en Brazil**. Texto objeto de mesa coordenada apresentada na The Conference on Social Work, Education and Social Development. Ciudad de Panamá, abril, 2024.

BARBARULHO, Ângela; LOUBACK, A. Coutinho; FRASSON, Caroline M. R; FARIAS, Danilo; BELLAGUARDA, Flávia; AMARAL, J. P. Prefácio contextualização climática no Brasil In: ROBINSON, Mary. **Justiça Climática: esperança, resiliência luta por um futuro sustentável**. Catriona Palmer; Tradução Léo Gonçalves. 1ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2021, p. 16.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA, Maria Liduina (Org.) **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 119-140.

BRASIL, Ministério da Fazenda. Assuntos políticos agrícolas e meio ambiente-mudanças climáticas, 2009. Disponível em <[https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos políticos agrícolas e meio ambiente/atuação-spe/mudanças climáticas](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos_politicos_agricolas_e_meio_ambiente/atuação-spe/mudanças_climáticas)> Acesso em 15 de abril de 2024.

CARDOSO, Priscila F. G. O significado social e o caráter contraditório do Serviço Social na sociedade de classes. In: CARDOSO, Priscila F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil** Campinas, SP: Papel Social, 2013, p.97-106.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. Companhia das Letras, 2022.

ROBINSON, Mary. **Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável**. Caitriona Palmer. Tradução: Leo Gonçalves. 1ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2021.

SILVA, Caio F. e; SOUSA, Giuliana de B. Consciência ambiental para uma cidadania libertadora. In: FONTELES, Marcelino de O; SALES, M. J. da C; LIMA, E. de S. (Orgs). **Educação popular e a formação política da classe trabalhadora**: centenário do patrono da educação brasileira: Paulo Freire. Teresina: Quimera Editora, 2022, p.330-341.

Mesa Coordenada 2

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: desigualdades sociais, mudanças climáticas e o papel do serviço social

DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL E A ATUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigoartigo005](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigoartigo005)

SOCIAL INEQUALITIES IN BRAZIL AND THE PERFORMANCE OF PUBLIC POLICIES

Maria D'alva Macedo Ferreira¹

RESUMO

Este artigo aborda o significado das políticas públicas frente as desigualdades sociais no Brasil e expressa contradições entre a garantia de direitos sociais na Constituição de 1988 e os processos de implementação frente a expansão do neoliberalismo, que, tende a priorizar o crescimento econômico e a redução do Estado social. Os cortes nos orçamentos nas áreas das políticas públicas e a redução de programas sociais focalizados nas demandas mais emergenciais ocorrem em detrimento de políticas públicas de caráter universal e evidenciam a negação dos direitos. Na contramão desse encaminhamento neoliberal tanto na Constituição de 1988, quanto na Leis Orgânicas que regulam estas políticas públicas, o Estado é reconhecido como o condutor prioritário dessas políticas como forma de enfrentamento das desigualdades existentes. Artigo elaborado com base estudos bibliográficos e pesquisas realizadas no período pandêmico, objetivando compreender os impactos das políticas públicas nesta realidade.

Palavras-chave: Desigualdade Social. Políticas públicas. Direitos e cidadania.

SUMMARY

This article addresses the meaning of public policies in the face of social inequalities in Brazil and expresses contradictions between the guarantee of social rights in the 1988 Constitution and the implementation processes in the face of the expansion of neoliberalism, which tends to prioritize economic growth and the reduction of Social

¹ Professora da Universidade Federal do Piauí – Brasil, UPEC- Núcleo de Estudos, pesquisa sobre infância, adolescência e Juventude/UFPIP e Projeto História e Memória do Serviço Social no Piauí. mdalvaferreira@uol.com.br.

state. Budget cuts in the areas of public policies and the reduction of social programs focused on the most emergency demands occur to the detriment of public policies of a universal nature and demonstrate the denial of rights. Contrary to this neoliberal approach, both in the 1988 Constitution and in the Organic Laws that regulate these public policies, the State is recognized as the priority driver of these policies as a way of confronting existing inequalities. Article prepared based on bibliographic studies and research carried out during the pandemic period, aiming to understand the impacts of public policies in this reality.

Keywords: Social Inequality. Public policy. Rights and citizenship.

1 INTRODUÇÃO

Diante das mudanças climáticas que vem acontecendo no Brasil e no mundo urge a urgente necessidade de discutir, debater, pesquisar sobre os seus impactos na vida da população em geral, mas em especial aquelas famílias que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social nas periferias das cidades.

É importante demarcar que, os impactos desta crise sanitária em países com menor estrutura socioeconômica e de políticas públicas disponibilizadas as emergências dos problemas de saúde gerados pela pandemia por Covid-19 foram de maior intensidade naqueles países em que não foram disponibilizados a ação do Estado na proporção e dimensão do problema e, principalmente, por posturas de governos que negavam a gravidade da problemática social, os denominados negacionistas. Negar a ciência, não considerar a urgência de vacinas e medicamentos para o tratamento adequado, foi propagado como não essencial com falas que tiveram penetração entre aqueles que seguiam estas posturas, consideradas de direita.

Constata-se que a população que não estava inserida no âmbito do trabalho e ou que não tinha cobertura previdenciária e de benefícios da área da Assistência Social foi a que teve maior incidência de perdas de seus entes familiares.

Crianças, jovens, idosos das classes pobres ficaram à mercê do longo debate entre ter direito ao benefício ou não por aqueles que estavam na governabilidade do país, no caso brasileiro, em especial (poder executivo, legislativo e poder judiciário).

Este artigo é parte destas discussões que acompanhamos via leituras bibliográficas e resultado da pesquisa denominada “Trajetórias/práticas juvenis em tempos de pandemia da covid-19 desenvolvida no período 2020 a 2022”, coordenado NUPEC-UFPI-CNPq e outros estudos e pesquisas que temos orientados relacionados a estas temáticas.

Apresentamos, ainda de modo aproximado, aspectos mais relacionados a questão Trabalho, desemprego, precarização, trabalho informal e o reatamento da crise por Covid-19 na vida de grande de trabalhadores que tiveram suas vidas alteradas, seja pelo não trabalho, seja busca por trabalhos informais e precários para responder suas demandas.

Temos como objetivo contribuir para o debate sobre a problemática da desigualdade social e a contribuição das políticas públicas para a enfrentamento desta desigualdade.

As transformações que vem acontecendo no modo de produção capitalista e na sociedade em geral, têm aprofundado as desigualdades sociais, o que afeta de modo mais acentuado os grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, jovens, idosos, envolvendo as questões de renda, de classe, de raça, de etnia e de gênero;

A desigualdade social é o resultado das relações de contradições entre o capital e o trabalho na sociedade capitalista, é parte constitutiva do seu processo de desenvolvimento historicamente determinada pelas contradições dos processos de produção e reprodução

A políticas sociais são socialmente determinadas nas relações de produção e reprodução social da sociedade, mas não são de modo direto, imediato e mecânico, posto que as classes sociais dominantes lutam incessantemente pela sua permanência e manutenção de seus interesses. Interesses estes voltados para o crescimento econômico e a concentração das riquezas produzidas socialmente.

Assim, mesmo com a expansão e o fortalecimento destas políticas sociais é possível afirmar que não contribuem para superação das desigualdades como assim afirma Pochmann, 2018, quando analisa que no Brasil não consegue superar a desigualdade social, sobre isso assim ele se posiciona:

Superar eu não acredito porque enquanto existir o capitalismo, o capitalismo é uma máquina de desigualdades, havendo em economia de mercado, havendo um modo de produção capitalista, a desigualdade ela é um elemento intrínseco, que exige justamente a presença constante de parte do Estado de políticas que, senão esvazie esta geração de desigualdade, amenizem a desigualdade gerada pelo modo de produção capitalista. (Pochmann, 2018)

Mesmo considerando que as políticas públicas adotadas no país pós Constituição de 1988, apontem para os avanços significativos no reconhecimento da universalidade dos direitos, tais como, saúde, educação, emprego e renda, são visíveis a distância entre os direitos conquistados e a oferta dos serviços a eles correspondentes.

Para o economista Márcio Pochmann (2018) o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente, ainda está longe de superá-la. Pochmann afirma que, em comparação ao ano de 2000, mudanças significativas são observadas, principalmente, em relação à educação, ao emprego e renda, mas ainda há problemas visíveis, como é o caso da violência que cresce nas grandes cidades se expandindo para municípios de menor densidade populacional, tornando-se neste atual contexto uma problemática social com múltiplas dimensões e de difícil de serem enfrentadas pela via de políticas de segurança.

Esta afirmação significa dizer que o Brasil tem bases formais pela via dos direitos e de políticas públicas que pode contribuir para diminuir essa distância que existe entre as classes sociais pobres e miseráveis. Em 1980, o Brasil era a 8ª economia do mundo e 3º país mais desigual do mundo. Hoje nós somos a 7ª economia do mundo e somos o 17º mais desigual do mundo. O País registra diferentes tipos de desigualdades, do ponto de vista social, econômico, regional, racial e de gênero, exigindo ações muito mais abrangentes e estruturantes.

2 O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE AS DESIGUALDADES SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA

Durante a pandemia a realidade dos grupos mais vulneráveis no Brasil revelou como estes sofreram os maiores impactos, desde as necessidades mais elementares como a alimentação, àquelas que estavam mais relacionadas as condições de moradia, por estarem situados nas áreas mais pobres, com escassa presença dos serviços e equipamentos sociais básicos. Com o advento da Covid-19 foram gerados novos desafios para a sociedade, afetando a gestão pública em questões como equilíbrio fiscal e alocação de orçamento, especialmente quando se analisa o comportamento do orçamento dos municípios brasileiros neste período. Estudiosos que se debruçaram sobre este tema, chamam a atenção para o fato de que, no Brasil, a resposta à pandemia revelou tensões entre os três níveis de governo, exacerbando conflitos e minando a coordenação federativa. O estudo em questão, analisou o comportamento do orçamento municipal durante a pandemia, explorando a relação entre autonomia, dependência e coordenação federativa, visando compreender os impactos dessa dinâmica para os municípios no período pós-pandemia frente a uma conjuntura de desmantelamento do Estado e de diminuição da oferta de serviços públicos em virtude da adoção de medidas de austeridade fiscal.

No caso específico do Brasil, a ascensão do neoliberalismo e da extrema-direita influenciou a resposta governamental destacadamente na área da assistência social, demarcando, portanto, a influência de ideologias conservadoras e neoliberais na política de assistência social nesse período, alertando para o risco de agravamento das desigualdades sociais.

A análise desenvolvida sobre os dados coletados pelo IBGE 2022 demonstra as desigualdades regionais nos aspectos relacionados as condições de moradia, saneamento básico, abastecimento de água pela rede geral. Os dados evidenciam que, apesar da questão habitacional ser problemática em todo País, para além do déficit habitacional evidenciado na pesquisa,

[...] existem ainda graves problemas relacionados à infraestrutura urbana a serem sanados. Estes indicadores estão diretamente relacionados à qualidade do habitar e à sua salubridade, e tornam evidentes as desigualdades inter-regionais, apontando para a urgência de políticas públicas e decisões que beneficiem principalmente as Regiões Norte e Nordeste, buscando assim inverter essa grave desproporção. Ressaltamos a importância da unidade habitacional como componente do espaço urbano, além da sua estreita relação com o desenvolvimento social e econômico nacional e o seu consequente papel de protagonismo na determinação da dignidade e qualidade de vida das pessoas. (Moreira, Amanda Cavalcante - Habitação In **Brasil em Número**, IBGE, 2023)

Ao se analisar o sistema de proteção social institucionalizado após a Constituição de 1988 verifica-se que houve avanços significativos para a sociedade brasileira. Primeiro por garantir direitos sociais fundamentais a vida e a cidadania com vistas a igualdade de condições sociais, educacionais. Também pode se afirmar que os processos organizativos e de gestão fundamentados nos princípios democráticos que tinham por objetivo aproximar o Estado da sociedade civil contribuiu de alguma forma para a adoção de medidas de políticas públicas mais condizentes com as necessidades sociais identificadas.

As políticas sociais, com base no desenvolvimento teórico de Amartya Sen e propugnadas pelos organismos e instituições internacionais para reduzir as desigualdades, são insuficientes para resolver o problema, apesar da preocupação explícita e objetiva com a questão, exigindo redirecionamentos no sentido de priorizar os segmentos sociais mais vulneráveis.

Diante do processo de desigualdade social que se vive no Brasil, é mister afirmar que a presença das políticas públicas, de modo especial, as que estão no âmbito da seguridade

social, como as de saúde, previdência e assistência social são de fundamental importância para atender as necessidades do público mais vulnerabilizado e da população como um todo.

Verifica-se que, historicamente, os grupos sociais mais vulneráveis vivem em situação de pobreza, com a falta de moradia, o desemprego, sem acesso aos serviços públicos como os de saúde, educação e segurança alimentar mesmo numa conjuntura em que estes serviços já tenham sido formalizados e reconhecidos como de caráter universal.

O desemprego, a precarização do trabalho e as dificuldades de acesso ao trabalho formal são as marcas que acompanham as transformações no âmbito das relações de trabalho. São questões que se originam e se reafirmam no âmbito das relações contraditórias do capitalismo. Com os anos de intensa pandemia por COVID – 19 esta situação de desigualdade ficou mais grave no país com os retrocessos no tocante ao tratamento governamental com as questões de natureza social.

A história da desigualdade continua sendo uma questão que requer maior aprofundamento, debatida e pautada na agenda pública governamental. Em 2020 dados mais consistentes demonstram como este processo fica mais evidente no Brasil com a crise sanitária por Covid-19. Sabe-se, por um lado, que a pandemia atinge toda a população, mas, se agrava prioritariamente junto a indivíduos, grupos sociais e famílias que não tinham acesso ao trabalho formal, viviam a informalidade, habitavam em áreas periféricas sem saneamento básico e com mínimas condições de moradias. A esses ficou evidente a urgente necessidade de um atendimento mais emergencial que propiciasse condições para garantir a sobrevivência de um grande contingente da população.

Assim, com a medida tomada pelo governo federal durante a pandemia de definir uma renda considerada como auxílio emergencial de R\$600, fruto de iniciativa popular e dos partidos de oposição no Congresso Nacional, cumpriu um papel estratégico, impedindo que a fome e o caos social se instalassem em meio aos crescentes números de mortes e infecções. Foi fundamental também para impedir que a recessão viesse a se aprofundar ainda mais e levar o país ao colapso. O impacto do auxílio sobre o bem-estar e a economia em 2020, poderiam ter sido ainda mais significativos se as transferências não fossem, posteriormente, reduzidas pelo governo Bolsonaro para a metade, do valor inicialmente concedido ficando em R\$300. (Campello e Jannuzzi, 2021).

Mesmo que a população adulta tenha sido a mais afetada e que crianças e adolescentes sejam as mais protegidas as medidas de isolamento social durante a pandemia, impactaram sobre a população infanto-juvenil, de modo especial os que vivem em situação de habitação mais pobres, aqueles que estavam nas instituições abrigo e de acolhimento. O isolamento social afetou social, materialmente e emocionalmente os grupos mais vulneráveis.

Para responder as inúmeras demandas oriundas deste período e que ainda perduram, as exigências por políticas públicas ficam mais evidentes e como respostas mais imediatas, do Estado, como as medidas de assistência social. No entanto, mesmo que a política de assistência social tenha se estruturado formalmente, nos últimos períodos, e, sobretudo, na pandemia, os recursos a ela destinados não estavam garantidos em orçamento, ficando mais restrito com o desenvolvimento apenas de ações pontuais e focais mediante recursos federais.

O Programa Bolsa Família (PBF), como programa de transferência de renda, criado em outubro de 2023. A Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, cria o Programa Bolsa Família, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destinadas às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, sendo desmontado pelo Governo Jair Bolsonaro, prejudicando significativamente famílias que perderam este Benefício, com a redução de recursos, o aumento da fila de espera, a criação do Auxílio Brasil, pela Medida Provisória 1061 que revoga o programa.

Nesta conjuntura de crise sanitária, as famílias pobres, por exemplo, viram seus rendimentos diminuir com isso, foram forçadas a reduzir as despesas com bens essenciais à sobrevivência humana, como alimentação, medicamentos e habitação, dentre outras necessidades, exigindo ações governamentais mais estruturantes.

3 A PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os impactos desta crise sanitária fazem parte do atual contexto, na questão da saúde, educação, do trabalho, da formação e das relações de pertencimentos a famílias, grupos e comunidades.

As condições de subsistência da população brasileira sofrem gradualmente com processo de precarização no âmbito das relações de trabalho, haja vista que é com o trabalho que os indivíduos produzem seus meios de existência, de produção e de reprodução da vida.

A precarização e a redução do emprego podem-se afirmar ser um dos mais agravantes problemas sociais já vividos nos últimos 10 anos, no entanto, é no período pandêmico que esta situação mais se agravou.

No Brasil, a renda dos 10% mais ricos é mais de 14 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, divulgados no dia 19/04/2024. O levantamento considera o ano de 2023 e essa diferença é a menor já registrada no país. Ainda assim, evidencia a desigualdade, mostrando que a renda média mensal da população com maior rendimento domiciliar por pessoa era de R\$ 7.580, enquanto os brasileiros com menor rendimento receberam apenas R\$ 527 mensais.

Para Gauto (2024) os dados trazem um indicativo de redução de pobreza, e não de redução da desigualdade.

Quando a gente tem um cenário onde aumentou a massa de domicílios que recebem um programa de transferência de renda, e ainda assim a diferença entre os 10% mais ricos ou 1% está em 14 vezes e quase 40 vezes, a gente continua em um cenário de desigualdade brutal (s/n.).

Os números de trabalhadores não contribuintes do sistema de previdência social quando relacionados ao quantitativo de trabalhadores na informalidade consolida e dá corpo a um cenário de desproteção social no caso brasileiro, à medida que cresce a presença de trabalhadores na informalidade, contribuindo, cada vez mais, para o trabalho precarizado como longas jornadas de trabalho e sem os direitos trabalhistas formalizados e garantidos (FERREIRA, 2023).

O trabalho informal tem crescido em todos os lugares, estado ou regiões, resultado das transformações que vem acontecendo no âmbito do trabalho e diante dos avanços das novas tecnologias que restringe progressivamente a oferta por emprego.

Em termos territoriais, a informalidade está mais presente nas Regiões Norte e Nordeste.

Em 2022, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 60,1%, na Região Norte, e 56,9%, na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 34,4% e 27,7%, enquanto a Região Centro-Oeste (38,7%) esteve próxima da média do País (40,9%). Maranhão, Pará e Amazonas foram as Unidades da Federação que apresentaram os maiores percentuais de ocupações informais, em 2022, ao passo que as três Unidades da Federação da Região Sul registraram as menores proporções (IBGE, 2023).

Neste cenário, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho diante das diversas modalidades de ocupações: autônomas sem horas de trabalho definida, sem garantias trabalhistas, com as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do trabalho, criam formas de relações, experiências e condições que afetam a vida pessoal, familiar e social.

As diversas modalidades de trabalhos que emergem em contexto de desemprego como fonte de renda passam a ser consideradas como trabalho autônomo, invertido como empreendedorismo, alimentando um imaginário de que a flexibilização das relações de trabalho proporciona a autonomia, a liberdade de escolhas e definição dos seus horários de trabalho sem a interferência de um patrão.

Acrescenta-se a esta realidade a desigualdade racial na inserção e ocupação de postos de trabalho no mercado, espaço em que negros e negras enfrentam dificuldades para conseguirem ou permanecerem em postos de trabalho que se apresentam de forma precária e com desproteção, mas que são estes meios que podem proporcionar renda para subsistência.

Frente a problemática da pobreza, da desigualdade social e das diferentes expressões da questão social as políticas públicas são consideradas essenciais para assegurar condições de cidadania, assegurando os direitos já garantidos e que não sofreram retrocessos no plano formal, mas retomar aquelas que foram impactadas por retrocessos políticos e pela ideologia neoliberal que fundamenta os propósitos de governos que tem como centralidade o crescimento econômico e a redução da ação do Estado no que tange a garantia dos direitos sociais, priorizando a perspectiva do capital

4 CONCLUSÃO

Enfrentar os processos de desigualdade social requer, além das políticas públicas mais emergenciais diante das crises, seja sanitária ou climáticas como as que acontecem na atual realidade brasileira, o desenvolvimento de políticas estruturantes. As respostas a situação de pobreza e extrema pobreza tem sido, e não será diferente, via medidas de políticas sociais destinadas em primeiro plano, para famílias em situação de vulnerabilidade social, como a política pública de assistência social, porém, urge tomada de decisão política e econômica, afim de garantir medidas macroeconômicas, o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes com sustentabilidade ambiental e incorporar as reivindicação históricas das populações tradicionais, respeitando as diversidades socioculturais e proporcionando o acesso à terra,

garantida formalmente, já que esta tem sido uma luta histórica por parte das comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais.

O fortalecimento das políticas públicas ainda garantidas no plano forma, a redistribuição do Fundo Público voltado para o financiamento destas políticas, é o caminho a ser seguido, uma vez que sem recursos definidos no orçamento federal nas áreas das políticas, de modo especial, na política de assistência social,

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In **Trajetória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos/org. Marta Arretche. 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Trabalho. **Brasil em número**, IBGE, 2023.

BRASIL. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Trabalho, e proteção social e desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 29, n.85, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/8272>. Acesso em: maio 2023.

CAVALCANTE, Rebeca e FERREIRA, Marcelo. Boletim Especial "Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia". **BdF** - Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. GAUTO, Maitê. Mesmo com redução da pobreza, desigualdade no Brasil 'ainda é brutal'. **Central do Brasil**. 23 de abril de 2024. Disponível <https://www.brasildefato.com.br> › 2024/04/23.

FREITAS MOURA, Bruno Fretas. No Brasil, a renda dos 10% mais ricos é mais de 14 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. **PNAD Contínua do IBGE**, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/renda-dos-10-mais-ricos-e-144-vezes-superior-dos-40-mais-pobres#> publicado em 19/04/2024.

MOREIRA, Amanda Cavalcante - Habitação In **Brasil em Número**, IBGE, 2023.

Pochmann, Márcio. "somos um país em que a desigualdade..." Brasil 247. <https://www.brasil247.com> › Brasil, 2018.

Mesa Coordenada 2

IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: desigualdades sociais, mudanças climáticas e o papel do serviço social

PERSPECTIVAS SOBRE DESIGUALDADE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
reflexões sobre o serviço social e as famílias brasileiras

[10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo006](https://doi.org/10.51205/sinespp.2024.mesa.artigo006)

PERSPECTIVES ON INEQUALITY AND CLIMATE CHANGE: reflections on social work and brazilian families

Ana Rojas Acosta¹

Simone de Jesus Guimarães²

RESUMO

Neste artigo, examinamos o impacto das políticas públicas nas famílias brasileiras, com ênfase nas disparidades sociais, mudanças climáticas e no papel do Serviço Social. As desigualdades sociais persistem em áreas como economia, educação e saúde, afetando diversos grupos populacionais. É crucial adotar uma visão holística para compreender como essas desigualdades estão interligadas com fatores ambientais, econômicos e culturais. A mudança climática representa um desafio adicional, intensificando as disparidades existentes e impactando de forma desproporcional as comunidades mais vulneráveis. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel fundamental, oferecendo uma abordagem abrangente para lidar com questões sociais complexas em vários níveis. Profissionais de Serviço Social têm o poder de colaborar no desenvolvimento de estratégias e programas que atendam às necessidades das comunidades afetadas pelas desigualdades e pela mudança climática. Destaca-se a importância da promoção de políticas públicas inclusivas, do estímulo à participação comunitária e da implementação de práticas de desenvolvimento sustentável para enfrentar os desafios complexos que o Brasil enfrenta. Essa abordagem reconhece a importância de uma visão ampla e interconectada para construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todas as camadas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais, Mudança Climática, Serviço Social.

¹ Professora da Universidade Federal de São Paulo – Brasil, Núcleo de Estudos, pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas – NEF, E-mail ana.rojas@unifesp.br).

² Professora da Universidade Federal do Piauí - Brasil, Núcleo de Estudos, Projeto História e Memória do Serviço Social no Piauí. simone.guimaraes@uol.com.br.

ABSTRACT

In this article, we examine the impact of public policies on Brazilian families, with a focus on social disparities, climate change, and the role of Social Services. Social inequalities persist in areas such as the economy, education, and healthcare, affecting various population groups. It is crucial to adopt a holistic approach to understand how these inequalities are interconnected with environmental, economic, and cultural factors. Climate change poses an additional challenge, intensifying existing disparities and disproportionately affecting the most vulnerable communities. In this context, Social Services play a fundamental role, offering a comprehensive approach to addressing complex social issues at various levels. Social work professionals have the power to collaborate in the development of strategies and programs that meet the needs of communities affected by inequalities and climate change. Emphasising the importance of promoting inclusive public policies, encouraging community participation, and implementing sustainable development practices is crucial to addressing the complex challenges faced by Brazil. This approach recognises the importance of a broad and interconnected vision to build a fairer, more equitable, and sustainable future for all layers of Brazilian society.

Keywords: Social Inequalities, Climate Change, Social Services.

1 INTRODUÇÃO

As disparidades sociais e as mudanças climáticas surgem como dois dos principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira na atualidade. Essas disparidades se manifestam em diversos setores, abrangendo aspectos econômicos, educacionais, de saúde e as oportunidades disponíveis para diferentes estratos sociais. Por exemplo, evidenciam-se notáveis discrepâncias salariais entre grupos sociais distintos, bem como um acesso desigual à educação de qualidade e disparidades nos serviços de saúde, dependendo do nível socioeconômico. Essas discrepâncias estão profundamente enraizadas na estrutura da sociedade brasileira, afetando uma parcela significativa da população em todo o país.

Por outro lado, o desafio das mudanças climáticas representa uma preocupação crescente para o Brasil. O país está enfrentando uma série de impactos ambientais, incluindo o aumento das temperaturas, alterações nos padrões de precipitação e a ocorrência de fenômenos climáticos extremos. Esses eventos climáticos têm consequências diretas na vida das pessoas, impactando a segurança alimentar, a saúde pública e a estabilidade econômica da nação.

Neste contexto, o Simpósio Nacional de Serviço Social e Políticas Públicas (SINESPP) emerge como uma oportunidade para abordar essas questões de maneira abrangente. A

interseção entre as desigualdades sociais e as mudanças climáticas apresenta desafios complexos que exigem respostas integradas e colaborativas. Portanto, é fundamental que o trabalho social adote uma abordagem holística para enfrentar esses desafios, reconhecendo a interconexão entre os aspectos sociais, econômicos e ambientais da realidade brasileira.

No âmbito deste simpósio, propomos analisar como o serviço social pode contribuir para mitigar os impactos negativos das desigualdades sociais e das mudanças climáticas no Brasil. Exploraremos as diversas formas pelas quais os profissionais de serviço social podem intervir, desde a abordagem integral das necessidades individuais e comunitárias até a promoção da justiça social e o desenvolvimento de programas inclusivos. Além disso, discutiremos a importância da participação comunitária e da conscientização pública na busca de soluções sustentáveis e equitativas. Em última análise, buscamos gerar um diálogo enriquecedor que contribua para construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todas as camadas da sociedade brasileira.

2 DESIGUALDADES SOCIAIS: IMPACTOS NA DINÂMICA FAMILIAR

No contexto brasileiro, as desigualdades sociais permeiam diversas esferas, desde o acesso desigual à educação de qualidade e aos serviços de saúde até as disparidades salariais entre diferentes grupos socioeconômicos. Estas disparidades refletem não apenas assimetrias na distribuição de recursos e oportunidades, mas também têm repercussões diretas e profundas na rotina das famílias brasileiras. Considere, por exemplo, uma família de baixa renda que enfrenta desafios para assegurar a educação de seus filhos. Restrições financeiras podem limitar suas escolhas, conduzindo-os a instituições de ensino de qualidade inferior, onde enfrentam obstáculos adicionais de aprendizado. Além disso, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde pode acarretar dificuldades no tratamento de questões de saúde básicas, resultando em faltas escolares e perda de renda para os responsáveis.

Por outro lado, famílias mais privilegiadas têm acesso a oportunidades educacionais superiores e cuidados de saúde de qualidade, o que pode abrir portas para melhores oportunidades de emprego e perspectivas futuras mais promissoras para seus filhos. Essas discrepâncias não apenas perpetuam ciclos de pobreza e exclusão, mas também fomentam divisões sociais profundas que influenciam as dinâmicas familiares e a coesão social.

Nesse cenário, as políticas públicas desempenham um papel importante na mitigação dessas desigualdades. Programas de assistência social, como o Bolsa Família, têm sido essenciais para garantir um mínimo de segurança econômica para famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, políticas educacionais inclusivas, como cotas e programas de financiamento estudantil, visam nivelar o campo de atuação, proporcionando oportunidades educacionais equitativas para todos os brasileiros, independentemente de sua origem socioeconômica.

Entretanto, há ainda muito a ser feito. A análise contínua dessas políticas e sua eficácia na redução das disparidades sociais são cruciais para garantir que as famílias brasileiras tenham acesso justo e igualitário aos recursos e oportunidades necessários para prosperar. Afinal, a qualidade de vida de cada família não deve ser determinada pelo acaso do nascimento, mas sim pelo acesso equitativo a um conjunto básico de direitos e serviços essenciais.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DESAFIOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

As mudanças climáticas representam uma preocupação cada vez mais urgente para as famílias brasileiras, sobretudo aquelas em condições socioeconômicas vulneráveis. Eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e enchentes repentinas, podem impactar diretamente não apenas a segurança alimentar, mas também a saúde e o bem-estar dessas famílias (OMM, 2023). É importante ressaltar que tais eventos não ocorrem de forma isolada, mas sim como parte de um padrão mais amplo de variações climáticas que afetam as condições de vida de milhões de pessoas.

Para as famílias em situação de vulnerabilidade, a capacidade de se adaptar e se recuperar de tais eventos é significativamente limitada. A falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada pode agravar ainda mais os impactos das mudanças climáticas, aumentando a probabilidade de danos materiais e pessoais. Além disso, essas famílias muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais de acesso a serviços básicos de saúde e assistência em situações de emergência, o que pode comprometer ainda mais sua resiliência diante dos desafios climáticos (BM, 2023).

Diante desse cenário, as políticas públicas desempenham um papel necessário na proteção das famílias vulneráveis contra os impactos das mudanças climáticas. A implementação de medidas de adaptação, como a construção de infraestrutura resiliente e o

desenvolvimento de sistemas de alerta precoce, pode ajudar a minimizar os danos causados por eventos climáticos extremos. Além disso, é essencial promover práticas de desenvolvimento sustentável que reduzam a vulnerabilidade das famílias aos efeitos das mudanças climáticas a longo prazo (Acosta, 2023).

No entanto, é importante reconhecer que as políticas públicas por si só não são suficientes para enfrentar os desafios das mudanças climáticas. A colaboração entre governos, organizações da sociedade civil e comunidades locais é fundamental para desenvolver e implementar estratégias eficazes de adaptação e mitigação. Além disso, é necessário garantir que as políticas climáticas sejam sensíveis às necessidades específicas das famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a justiça social e a equidade no enfrentamento dos desafios ambientais e sociais.

4 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL: INTERVENÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Diante dos desafios complexos apresentados pelas desigualdades sociais e pelas mudanças climáticas, o Serviço Social emerge como um agente fundamental na promoção do bem-estar e na defesa dos direitos das famílias brasileiras. Os profissionais de Serviço Social atuam em diversas frentes, desempenhando um papel crucial na intervenção direta junto às famílias em situação de vulnerabilidade. Isso envolve a prestação de apoio prático, emocional e psicossocial, visando mitigar os impactos adversos dessas adversidades em suas vidas.

Além do suporte individualizado, os profissionais de Serviço Social estão engajados na formulação e implementação de políticas e programas sociais destinados a promover a inclusão social e a justiça distributiva. Eles trabalham incansavelmente para identificar lacunas nos serviços existentes e advogar por mudanças estruturais que possam abordar as raízes profundas das desigualdades e inequidades presentes na sociedade brasileira. Isso pode incluir iniciativas para ampliar o acesso a serviços de saúde e educação, bem como medidas para combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Além disso, o Serviço Social desempenha um papel vital na conscientização e mobilização da sociedade civil em relação às questões prementes relacionadas às desigualdades sociais e às mudanças climáticas. Os profissionais de Serviço Social estão na linha de frente da defesa dos direitos humanos e da justiça social, trabalhando em parceria com

comunidades e organizações não governamentais para promover a conscientização, construir coalizões e pressionar por mudanças significativas a nível político e social. (Coxshall, 2023)

Em última análise, o Serviço Social não apenas fornece apoio prático e emocional às famílias vulneráveis, mas também desempenha um papel fundamental na transformação das estruturas sociais injustas e na criação de uma sociedade mais justa e equitativa para todos. Sua abordagem centrada no ser humano e sua dedicação à defesa dos direitos humanos fazem do Serviço Social uma força vital na luta contra as desigualdades e na promoção do bem-estar coletivo.

5 CONCLUSÃO

O impacto das políticas públicas sobre as famílias brasileiras é de grande magnitude e alcance, englobando desde a mitigação das desigualdades sociais até a promoção da resiliência diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Nesse contexto complexo, o Serviço Social emerge como um aliado crucial na busca por um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável para todas as famílias do país. Através de uma abordagem holística e colaborativa, torna-se possível enfrentar esses desafios de forma mais eficaz, garantindo o bem-estar e preservando a dignidade de todos os indivíduos envolvidos.

No âmbito das políticas públicas, é imprescindível reconhecer que as famílias são afetadas de maneira multifacetada por diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais. Portanto, é necessário adotar estratégias integradas que abordem essas questões de forma conjunta, visando não apenas mitigar as disparidades sociais, mas também fortalecer a capacidade das famílias de enfrentarem os desafios decorrentes das mudanças climáticas.

Nesse sentido, o Serviço Social desempenha um papel de mediador entre as políticas públicas e as famílias, atuando na linha de frente para garantir que as necessidades e preocupações das comunidades mais vulneráveis sejam adequadamente consideradas e abordadas. Ao oferecer suporte prático, emocional e psicossocial, os profissionais de Serviço Social ajudam as famílias a enfrentarem os obstáculos que encontram em seu dia a dia, promovendo assim sua autonomia e empoderamento.

Além disso, é importante ressaltar que os profissionais de Serviço Social desempenham um papel imperativo na sensibilização e mobilização das comunidades em relação às questões das desigualdades sociais e das mudanças climáticas (Acosta, et al, 2023). Eles estão na linha

de frente, conduzindo programas educacionais, campanhas de conscientização e atividades de defesa dos direitos.

Por meio dessas iniciativas, os assistentes sociais procuram fortalecer as famílias, capacitando-as para que se tornem agentes ativos na luta por seus direitos e na melhoria de suas condições de vida. Eles incentivam a participação ativa das comunidades na formulação e implementação de políticas que impactam diretamente suas vidas, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva e participativa na tomada de decisões. Essa abordagem, centrada no empoderamento das famílias, visa não apenas enfrentar os problemas imediatos, mas também criar bases sólidas para uma transformação social mais ampla e duradoura.

Portanto, ao reconhecer o potencial transformador do Serviço Social e sua capacidade de promover mudanças positivas na vida das famílias brasileiras, torna-se evidente que sua atuação é indispensável na construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para todos. É somente através de uma abordagem colaborativa e inclusiva que podemos garantir o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou condição social.

REFERENCIAS

ACOSTA, A. R. (2023) Aversão aos Pobres: Grande Desafio para o Brasil. Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas – RIFPP - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA FAMILIAS NA AMÉRICA LATINA, EUROPA E CARIBE / Organização de Ana Rojas Acosta. – 3. ed. -- São Paulo [SP]: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS). Disponible: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/3af1299c-3657-493f-b9e5-0dd84b4cfd4/content> - Acceso en 02.marzo de 2024

ACOSTA, A. R., PONTES Ariel (2023). Como desastres socioambientais afetam a saúde mental de populações, e o que pode ser feito para mitigar o problema. In The Conversation 13/12/2023. Disponible: <https://theconversation.com/como-desastres-socioambientais-afetam-a-saude-mental-de-populacoes-e-o-que-pode-ser-feito-para-mitigar-o-problema-219610> - Acceso en 19.03.2024.

BANCO MUNDIAL. (2023). Cambio climático: El cambio climático, la pobreza y la desigualdad son los problemas que definen nuestra era. Disponible: <https://www.bancomundial.org/es/topic/climatechange/overview> - Acceso 18 de marzo de 2024

COXSHALL, Wendy (2023). La soberanía alimentaria, la agroecología y la reforma agraria: ¿Cómo promover la justicia climática?. In Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas -

RIFPP - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA / Organização de Ana Rojas Acosta. – 2. ed. -- São Paulo – SP. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS). Disponible: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a3d0da6f-179b-4888-8f6d-6d1272cd5d5e/content> - Acceso en 02.marzo de 2024

ORGANIZACIÓN MUNDIAL METEOROLÓGICA – OMM (2023). Estado Provisório do Clima Global 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. (2023). 2023 é o mais quente em 174 anos, confirma relatório da OMM. Disponible: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/2023-%C3%A9-o-mais-quente-em-174-anos-confirma-relat%C3%B3rio-da-omm> - Acceso en 22, febrero de 2024

GAMBARDELLA, Alice D. (2023). Segurança Alimentar na Zona Oeste de São Paulo em Tempos de Pandemia. In Revista Interfaces: Famílias e Políticas Públicas - RIFPP -POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS NA AMÉRICA LATINA E EUROPA / Organização de Ana Rojas Acosta. – 2. ed. -- São Paulo – SP. Disponible: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a3d0da6f-179b-4888-8f6d-6d1272cd5d5e/content> - Acceso en 02,marzo de 2024

MOJAHED N, Mohammadkhani MA, MOHAMADKHANI A. Climate Crises and Developing Vector-Borne Diseases: A Narrative Review. Iran J Public Health. 2022 Dec;51(12):2664-2673. doi: 10.18502/ijph.v51i12.11457. PMID: 36742229; PMCID: PMC9874214. Disponible: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9874214/> - Acceso en 22.febrero de 2024.